



Acordo suspende pagamento de dívidas estaduais até 2017

Encontro de Temer, Renan e governadores no Planalto bateu o martelo quanto ao acerto na renegociação das pendências dos entes federados

Depois de meses de negociação, o Executivo federal aceitou o pedido dos governadores, que propuseram a suspensão do pagamento das parcelas mensais da dívida dos estados até o fim de 2016. Nos primeiros seis meses de carência, o desconto será de 100%. A partir de janeiro de 2017, será reduzido em 5,55% por mês até junho de 2018.

O anúncio foi feito ontem após encontro do presidente interino Michel Temer e do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os administradores estaduais. A renegociação também alonga em 20 anos os pagamentos dos débitos com a União. Além disso, os 14 estados que têm liminares no STF suspendendo o pagamento das dívidas retirarão as ações e quitarão o resíduo ao longo de 24 meses. **2**



Jonas Pereira/Agência Senado

Presidente em exercício, Temer (D) agradeceu a Renan (C) por ajudar nas negociações. Ministro da Fazenda, Meirelles (E) também esteve no anúncio

Decretos validaram receita gerada em universidades, afirma Janine

Decretos orçamentários de 2015 para o Ministério da Educação não afetaram a política fiscal e envolveram dinheiro gerado pelas universidades, segundo o

ex-ministro Renato Janine Ribeiro. Ele e as outras três testemunhas de defesa que depuseram ontem na Comissão do Impeachment negaram irregularidades. **3**



Moreira Mariz/Agência Senado

Renato Janine, ao lado de Antonio Anastasia e Raimundo Lira, depõe à Comissão do Impeachment

Plenário comemora nova lei que regula empresas juniores

O Plenário fez ontem sessão especial para celebrar a Lei de Empresas Juniores, recém-sancionada. O Brasil passa a ser o primeiro país do mundo

a disciplinar o funcionamento das empresas formadas por universitários. Senadores destacaram incentivo ao empreendedorismo. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadores Agripino (3º à esq.) e Cristovam (4º à esq.) e convidados da sessão ouvem discurso de Moka

especial Cidadania

Senado poderá ampliar número de maternidades com bancos de leite

Apesar de ser o país com maior número de doadoras de leite materno e exemplo mundial quanto a amamentação, o Brasil ainda tem cobertura deficitária de bancos

de leite em algumas regiões. Para resolver o problema, projeto de lei do senador Dário Berger obriga toda maternidade de referência regional a ter banco de leite. **4**



Augusto Barbonei/Hospital Santa Catarina

Mãe faz coleta em hospital de Santa Catarina: leite que sobra para um bebê pode salvar outro

Sancionado apoio de R\$ 316,2 milhões a atingidos pela seca

Os recursos para 440 mil pequenos agricultores da região da Sudene atingidos pela seca de 2014 e 2015 estão assegurados na Lei 13.296/2016, publicada na sexta-feira. São R\$ 316,2 milhões para o Garantia-Safra. **2**

Lei amplia alcance de assistência por voluntariado

A alteração na Lei do Voluntariado, sancionada por Michel Temer, amplia o alcance da legislação que disciplina essa atividade ao definir que a assistência será à pessoa, não fazendo distinção de gênero. **2**

Acordo foi fechado ontem no Planalto depois de encontro entre Michel Temer, Renan Calheiros e os governadores. Estados terão carência de dois anos e desconto integral nos primeiros seis meses

Pagamento da dívida dos estados suspenso até 2017

APÓS REUNIÃO COM os governadores e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da República interino, Michel Temer, anunciou acordo para suspensão, por um ano, do pagamento das dívidas dos estados. O governo aceitou o pedido dos governadores, que propuseram a suspensão do pagamento das parcelas mensais das dívidas com a União até o fim de 2016. Temer agradeceu o apoio do presidente do Senado, que articulou o acordo.

O presidente da República interino detalhou os principais pontos da renegociação das dívidas. Nos primeiros seis meses, o desconto será de 100%. A partir de janeiro de 2017, o pagamento das parcelas será reduzido gradualmente, em 5,55% por mês, até junho de 2018.

Pelo acordo, os 14 estados que detêm liminares no Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo o pagamento das dívidas retirarão as ações e pagarão esse resíduo ao longo de 24 meses. A renegociação das dívidas também alonga



Temer (3º à dir.) agradeceu a Renan (4º à dir.) por articular com governadores

em 20 anos os pagamentos dos débitos com a União.

Supersimples

Todos os governadores participaram do acordo. Desde maio, o presidente do Senado e os governadores vêm discutindo propostas para retomar o crescimento e ajudar os estados a sair da crise. Entre as alternativas, está a revisão do Supersimples.

— Nós aceitamos as sugestões dos governadores, estamos compatibilizando com a Receita Federal, o que é uma dificuldade muito

grande. Nós mexemos muito na proposta [do Supersimples] enviada pela Câmara por ter sido considerada excessiva — disse Renan, garantindo que a discussão sobre a atualização do tributo que recai sobre micros e pequenas empresas será retomada nesta semana.

Temer destacou que vai propor ao Congresso Nacional a revisão do pacto federativo, para acertar uma nova forma de repartição do bolo da arrecadação tributária entre União, estados e municípios.

(Com informações da Presidência do Senado)

Lei garante recursos a agricultor atingido por seca

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei 13.296/2016, que reserva R\$ 316,2 milhões para o pagamento de parcelas do Garantia-Safra. O recurso é destinado a 440 mil famílias de pequenos agricultores da área

de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) atingidos pela seca de 2014 e 2015.

A lei tem origem na Medida Provisória 715/2016. José Pimentel (PT-CE) destacou que, no Ceará, o dinheiro beneficiará

cerca de 280 mil pessoas. Roberto Muniz (PP-BA) afirmou que o Garantia-Safra é um instrumento não só que defende a agricultura, mas também ajuda a reacender a economia local, evita o êxodo rural e dá opção para sustento das famílias.

Sancionado texto que amplia a Lei do Voluntariado

O presidente interino Michel Temer sancionou a Lei 13.297/2016. Ela altera a Lei do Voluntariado para inserir a assistência “à pessoa” no rol das atividades de entidades públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos em que é admitida a prestação desse serviço. A nova lei foi

publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto sancionado é a Emenda da Câmara (ECD) 4/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 12/2000, aprovado em maio. A emenda da Câmara troca na Lei do Voluntariado (Lei 9.608/1998) a expressão “assistência à mulher” por

“assistência à pessoa”. O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), frisou que a nova redação amplia o alcance do projeto original, “pois inclui, sem se limitar a assistência à mulher”. Além disso, exclui a expressão “ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Sessão especial destaca importância da Lei das Empresas Juniores

A legislação brasileira passou a ser a primeira do mundo a disciplinar as empresas juniores, com a sanção, em abril, da Lei 13.267/2016. Essa conquista foi celebrada no Plenário do Senado ontem. Quem propôs a sessão especial foi o senador José Agripino (DEM-RN), autor do projeto que deu origem à lei.

Essas empresas são constituídas por alunos de cursos de graduação e são organizadas como associação civil sem fins lucrativos. O objetivo principal é estimular o desenvolvimento

profissional dos estudantes, que elaboram projetos para empresas e entidades, sob a supervisão de professores e profissionais especializados.

Para Agripino, a iniciativa vai ajudar a combater o desemprego entre os jovens. Waldemir Moka (PMDB-MS), Wellington Fagundes (PR-MT) e Ana Amélia (PP-RS) destacaram a importância da lei.

— Não há como deixar que as universidades se transformem em ilhas sem conexão com o setor econômico — afirmou a senadora.

Rose de Freitas deve assumir liderança do governo Temer no Congresso Nacional

Rose de Freitas (PMDB-ES) deve assumir nos próximos dias o posto de líder do governo no Congresso. A informação foi confirmada pela assessoria da senadora ontem.

Rose esteve em audiência com o presidente da Repú-

blica interino, Michel Temer, logo após o encontro dele com governadores de estados e do Distrito Federal.

Ela foi deputada constituinte, vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão Mista de Orçamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Contribuição sindical

8h45 Análise de projeto que altera edital de cobrança da contribuição sindical.

CMA Alimentos in natura

9h30 Na pauta, projeto sobre o acondicionamento de produtos hortícolas in natura.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

10h Instalação e eleição da Mesa das comissões mistas de análise de medidas provisórias de 2016: primeiro a da MP 719 (regula o uso do FGTS como garantia para crédito consignado); às 10h10, da MP 720 (repases da Lei Kandir aos estados); às 10h20, da MP 723 (prazo do Mais Médicos); às 10h30, da MP 724 (Cadastro Ambiental Rural); às 10h40, da MP 725 (emissão de títulos rurais indexados à variação cambial); às 10h50, da MP 726 (reforma do Poder Executivo); às 11h, da MP 727 (cria o Programa de Parcerias de Investimentos); às 11h10, da MP 728 (recria Ministério da Cultura); às 11h20, da MP 729 (novas regras de repases a municípios para educação infantil).

CAS Carreira pública

10h A comissão vota projeto sobre a carreira do Ministério Público da União.

CCJ Violência contra mulher

10h Debate sobre projeto que prevê atendimento à vítima de violência doméstica.

PRESIDÊNCIA Emendas à LDO

11h Renan Calheiros recebe anteprojeto do Código Brasileiro da Aeronáutica; às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

IMPEACHMENT Testemunhas

11h Depõem Pepe Vargas, Miriam Belchior, Orlando Magalhães e Marcelo Minghelli.

TRANSPARÊNCIA Requerimento

11h A comissão analisa requerimento.

CE Hino Nacional

11h45 Na pauta, texto que fixa que o Hino Nacional seja executado na competições.

CMO Emendas à LDO

14h Debate do relatório preliminar à LDO.

PLENÁRIO Supersimples

14h Segundo turno de votação de projeto que altera o Supersimples.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em depoimento à Comissão do Impeachment, ex-ministro da Educação disse que créditos que motivaram processo contra Dilma não implicaram custos para os cofres públicos

Janine: universidades geraram receita própria

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu ontem o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, que foi questionado sobre decretos orçamentários de 2015 destinados à pasta que ele comandou entre março e setembro daquele ano. Janine negou que os decretos tivessem afetado a política fiscal, argumentando que eles envolveram dinheiro gerado pelas universidades. A comissão recebeu outras três testemunhas, todas convocadas pela defesa da presidente afastada Dilma Rousseff.

Segundo Janine, universidades e institutos federais muitas vezes conseguem produzir receita própria, mas, para que possam fazer uso dela, é preciso a edição de um decreto. Dessa forma, a liberação de verbas para a educação não envolve custos adicionais para os cofres públicos, apenas a verba adicional gerada pelas próprias instituições.

— Se uma universidade produz e vende um produto, para gastar o dinheiro arrecadado é preciso um decreto presidencial que autorize. Trata-se de validar esse dinheiro obtido no mercado, não há um acréscimo que o contribuinte vai pagar. É algo que todos queremos: que ela seja capaz de gerar receitas próprias sem prejuízo da sua missão.

O ex-ministro disse que não era atribuição do seu gabinete avaliar o impacto dos decretos sobre a meta fiscal. Explicou que seu papel era só verificar a “seriedade” dos pedidos das instituições e encaminhá-las para o Ministério do Planejamento. Ele declarou também que não teve conhecimento de alertas do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as práticas fiscais enquanto permaneceu no cargo.

Casa Civil

Em outro depoimento prestado na reunião, o ex-subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Ivo da Motta Azevedo Corrêa, assegurou que Dilma não cometeu crime de responsabilidade ao assinar decretos para a liberação de



Ex-ministro da Educação, Janine disse na reunião coordenada por Anastasia e Lira que não soube de alertas do TCU sobre práticas ilegais enquanto esteve no cargo

créditos sem autorização do Congresso, conforme apontado na denúncia.

O depoente alegou que o ordenamento jurídico estabelece que normas não podem retroagir em prejuízo do cidadão. Assim, as mudanças nas regras para edição de decretos para liberação de recursos só podem ter valia para os futuros atos do governo, e não para os anteriores.

— A edição dos decretos é legal e seguiu o entendimento jurídico que prevalecia não só no Executivo, mas no TCU e no Congresso. Tudo em consonância com a Constituição e com a Lei Orçamentária.

Impacto

As outras duas testemunhas declararam que a edição dos decretos não teve impacto sobre a execução fiscal do governo federal no ano de 2015. Bruno Moretti, ex-secretário-executivo-adjunto da Casa Civil, afirmou que os decretos se basearam em excesso de arrecadação e superávit financeiro, portanto não implicaram novas despesas e não precisavam de autorização do Congresso, segundo entendimento do TCU vigente à época.

Felipe Daruich Neto, diretor do Departamento de Programas Sociais da Secretaria do Orçamento Federal, garantiu que os créditos respeitaram a lei orçamentária. Ele afirmou que, para efeitos de aferição

da meta, a mera edição dos decretos não representa nada e que eles só passam a produzir efeitos quando executados.

— A abertura de crédito é uma autorização que se dá que pode ser exercida ou não, em termos de despesa. Se ela for exercida, se o órgão que obteve aquele crédito executar, ele vai ter que abrir mão de outra despesa. É uma troca.

Requerimentos

A comissão também aprovou alguns requerimentos. Um deles pede que a Procuradoria-Geral do Ministério Público no TCU envie cópia do ato que delegou ao procurador Júlio Marcelo de Oliveira a competência para analisar as contas presidenciais. A mesma solicitação vale para as subvenções ao Plano Safra e à edição de decretos de suplementação orçamentária.

Oliveira foi ouvido duas vezes pela comissão, uma como especialista e outra como testemunha da acusação. Para ele, os decretos orçamentários editados em 2015 pelo Executivo, em descumprimento de meta fiscal, e os atrasos no repasse de equalizações de taxas de juros configuram crime de responsabilidade fiscal e sustentam o impeachment da presidente afastada.

Outro requerimento aprovado solicita que o Ministério Público no TCU informe quais as suas obrigações legais na

elaboração de parecer prévio das contas presidenciais. A comissão quer ainda que a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Ministério da Fazenda entreguem cópias dos procedimentos de investigação e responsabilização referentes às pedaladas fiscais.

Além disso, foram requeridas da Casa Civil cópias das atas das reuniões da Junta de Execução Orçamentária de 2015 e também o ato de regulamentação dessa junta.

Quatro substituídos

A defesa de Dilma promoveu a substituição de quatro das suas testemunhas. Fernando Rocha, chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, e Paulo José dos Reis de Souza, subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, são os novos convocados para falar sobre os repasses do governo federal para o Plano Safra. Eles substituem Isaac Sidney, procurador do Banco Central, e Marcelo Saintive, ex-secretário do Tesouro Nacional.

Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, responsável técnico no CNJ para análise de créditos suplementares, e Robson Azevedo Rung, coordenador-geral de Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento, falarão sobre decretos orçamentários. Entram no lugar de Ana Maria Duarte Ama-

rante, ex-conselheira do CNJ, e Marco Antonio de Oliveira, ex-secretário-executivo da Casa Civil.

Novas reuniões

Hoje serão ouvidas mais quatro testemunhas, também da defesa, sendo dois ex-ministros: Miriam Belchior, do Planejamento, e Pepe Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos. Além deles, comparecerão dois servidores do Ministério da Justiça: Orlando Magalhães da Cunha, ex-subsecretário de Planejamento e Orçamento, e Marcelo Minghelli, coordenador de Orçamento e Finanças.

Amanhã, às 11h, a comissão ouvirá o responsável técnico no CNJ Antonio Carlos Stangherlin Rebelo; o secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Luiz Antonio de Souza Cordeiro; e o analista da Justiça do Trabalho Luciano Carlos de Almeida.

Na quinta-feira, às 10h, as testemunhas serão o subsecretário de Planejamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Anderson Lozi da Rocha; o secretário-geral da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento, Leandro Freitas Couto; o coordenador-geral de Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento, Robson Azevedo Rung; e a ex-secretária de Orçamento Esther Dweck.



Convocados pela defesa da presidente afastada, Ivo da Motta Azevedo Corrêa, Bruno Moretti e Felipe Daruich Neto mantiveram a argumentação de que não houve crime de responsabilidade nos decretos

Senado pode facilitar acesso ao leite materno

Projeto de lei obriga toda maternidade de referência regional a ter banco de leite. Brasil é o país com maior número de doadoras e exemplo mundial quanto a aleitamento

Aline Guedes

O BRASIL TEM o maior número de doadoras de leite materno do mundo, segundo o Ministério da Saúde. No entanto, essa cobertura ainda é deficitária em algumas regiões, de acordo com a coordenadora de Aleitamento Materno e Banco de Leite Humano da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Miriam Santos. Alguns estados (principalmente da Região Norte, que registra a maior taxa de mortalidade infantil do país) só dispõem de um banco de leite, na capital.

Para resolver a questão, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projeto do senador Dário Berger (PMDB-SC) que obriga todas as maternidades de referência regional a possuir bancos de leite em suas instalações. O objetivo do PLS 171/2016 é aumentar a capilaridade da rede.

Ana Clélia Martins é mãe da pequena Ana Clara, que nasceu prematura e permanece internada no Hospital Materno Infantil de Brasília há mais de dois meses. Ela destaca que o leite doado tem sido fundamental para ela e outras mães com bebês internados.

— A minha bebê não teria como ingerir fórmulas e, se não fosse o leite que recebi, eu não teria como alimentá-la.

Entre os 292 bancos de leite

humano do mundo — implantados em 23 países da América Latina, Península Ibérica e África —, 217 estão no Brasil. E há ainda 167 postos de coletas reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Essas unidades beneficiaram, entre 2008 e 2014, 79,1% dos bebês assistidos por doações no planeta. A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (Rede BLH) é fruto de uma parceria do Ministério da Saúde com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e é considerada pela OMS a maior e mais complexa rede de banco de leite do planeta.

O Brasil exporta tecnologia e conhecimento de doação de leite. O país é reconhecido como referência mundial em aleitamento materno pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e pela revista científica britânica *The Lancet*.

Alimento e cura

O leite produzido em excesso e doado por uma mãe pode significar a chance de sobrevivência e cura para o bebê de outra, especialmente para crianças que nascem com baixo peso, prematuras ou com algum problema de saúde.

Os bancos de leite e postos de coleta possuem ambulatórios de apoio à lactante e família e metodologias de incentivo



Ana Clélia Martins e a filha Ana Clara, que teve a vida salva por doações



Miriam Santos coordena os bancos de leite humano do Distrito Federal

ao aleitamento, como explica Miriam. O primeiro banco de leite humano do Brasil foi implantado em outubro de 1943, no então Instituto Nacional de Puericultura, atual Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, no Rio de Janeiro.

O ideal é que o leite saia diretamente do peito para o bebê, mas nem sempre é possível. Segundo Miriam, o leite humano cru fica bom por até 15 dias no congelador, com a

conservação adequada. Com o processamento pelos bancos de leite, a validade aumenta para até seis meses. Só em 2015, foram distribuídos 145.985 litros de leite humano pasteurizado, com qualidade certificada, a 177.728 recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva.

O leite humano é essencial para proteger recém-nascidos porque alimenta e defende contra diarreia, infecções respiratórias, diabetes e alergias. Para garantir o leite materno a bebês cujas mães não podem amamentar ou produzem pouco leite (por exemplo, por causa de cirurgia de redução ou retirada de mama), foram criados em todo o país os bancos de leite humano. Eles recebem, pasteurizam, fazem testes para controle de qualidade e distribuem o leite para as crianças internadas em unidades neonatais.

Projeto de Dário Berger deve diminuir mortalidade infantil

Dário Berger apresentou a proposta de bancos de leite na maternidade por considerar que a introdução precoce (antes do sexto mês de vida) de outros alimentos ao bebê pode aumentar o risco de desnutrição e estar associada a casos de diarreia, hospitalização por doença respiratória e diminuição na absorção de minerais. O Ministério da Saúde já orienta que todos os hospitais com leitos neonatais devam ter um banco de leite humano ou posto de coleta.

— Se desejamos garantir o futuro do Brasil, precisamos garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, que precisam ser atendidos em

tempo real, para crescerem, se desenvolverem e prosperarem — destaca o senador.

De acordo com resolução da Anvisa que regulamenta os bancos de leite no Brasil, ao se dispor a doar, a lactante deve ser saudável e não usar medicamentos que impeçam a doação. Durante a coleta, é preciso lavar bem as mãos e os braços e prender os cabelos. O leite deve ser acondicionado em vidros de boca larga e com tampa de plástico, fervidos previamente por 15 minutos. Após a coleta, deve ser colocado imediatamente no congelador de casa, onde pode ficar por, no máximo, 15 dias (*veja quadro*).

Alimento tem todas as substâncias necessárias ao bebê

Considerado o alimento mais completo, o leite materno é recomendado como exclusivo até os 6 meses de idade e complementado por outros alimentos até os 2 anos. Ele contém todas as proteínas, vitaminas, gorduras, água e outras substâncias necessárias para o completo desenvolvimento da criança. Além de benefícios físicos, a amamentação contribui com o sistema emocional, porque promove ligação entre mãe e bebê.

Um estudo publicado no *European Respiratory Journal* revelou que bebês alimentados exclusivamente com leite materno nos primeiros seis meses têm menos chances de desenvolver sintomas de asma na infância. Outra pesquisa, desenvolvida pela Universidade de Southampton, na Inglaterra, e pelas Universidades do Estado de Michigan e da

Carolina do Sul, nos Estados Unidos, mostrou que crianças amamentadas por pelo menos quatro meses tinham um funcionamento melhor dos pulmões. O esforço do bebê para sugar o leite ajuda no desenvolvimento e fortalece o órgão contra alergias.

Em Brasília, há cerca de 6 mil doadoras por ano. Miriam Santos afirma que esse número atende apenas 11% das mulheres que ganham bebê na cidade. Aproximadamente 150 bebês internados nos hospitais da Secretaria de Saúde do Distrito Federal necessitam do alimento diariamente.

— Existe ainda uma grande necessidade de conscientização das mulheres sobre a importância do aleitamento e, a partir daí, quando elas estão amamentando, podem ajudar outras mães — ressalta Miriam.

Como doar

Para ser doadora, a mãe precisa de um frasco de vidro adequado para a coleta, com tampa de plástico.

Lavar o vidro e retirar todos os rótulos.

Submergir o vidro e a tampa em água e colocar para ferver.

Após o surgimento das bolhas de fervura, a lactante deverá contar 15 minutos.

Passado esse tempo, o vidro e a tampa deverão ser colocados sobre um pano limpo, onde deverão secar.

Para a coleta, a mãe deve utilizar touca para proteger todo o cabelo e uma máscara ou uma fralda de pano limpa sobre a boca e o nariz.

Após lavar bem as mãos e braços até os cotovelos, a mãe deverá passar água limpa sobre o peito e massageá-lo.

O próximo passo é pegar o pote de vidro e colocar a tampa virada para cima sobre uma superfície limpa, para começar a fazer a coleta.

As primeiras cinco gotas do leite devem ser desprezadas. Caso não consiga retirar o leite pela ordenha, a doadora pode ir ao banco de leite para ajuda e orientações.

Após a coleta, o vidro deverá ser tampado e guardado no congelador ou freezer imediatamente.

O frasco deverá ser identificado com o nome da doadora e a data de início da coleta.

O leite cru, em casa, tem validade de 15 dias.

A seguir, a doadora deve entrar em contato com o banco de leite ou posto de coleta (*veja no Saiba mais*).

Também é possível ligar para o corpo de bombeiros (193) para doar leite ou potes de vidros com tampa de plástico. Funcionários irão à residência recolher e trocar o pote cheio por outro pote vazio.

Fonte: Ministério da Saúde



Assista a vídeo da Agência Senado sobre aleitamento e doação de leite humano: <http://bit.ly/cidadaniabancosleite>

Saiba mais

Manual da Anvisa
<http://bit.ly/manualBancoLeite>

Norma para bancos de leite humano
<http://bit.ly/rcd171de2016>

PLS 171/2016
<http://bit.ly/pls171de2016>

Lista de bancos e postos de coleta
<http://bit.ly/coletaLeiteHumano>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania